Os desafios para o assistente social na Saúde Mental.

Nathália Brasil Vidal

Resumo

O presente estudo trata sobre os desafios para o assistente social na Saúde Mental, o qual compõe uma vasta pesquisa, denominada "O assistente social em solo pouco explorado: atuação junto aos usuários com transtornos mentais".

Palavras-chave:

Atuação do assistente social, saúde mental, desafios.

Introdução

O presente trabalho é o resultado parcial de uma pesquisa mais ampla, cujo tema é "O assistente social em solo pouco explorado: atuação junto aos usuários com transtornos mentais". O foco apresentado aqui neste estudo está nos desafios postos ao assistente social na Saúde Mental e o objetivo é expor os desafios e incentivar novos estudos em Saúde Mental de maneira a ampliar este canal para a categoria no que se refere aos conhecimentos técnicos operativos e teóricos metodológicos.

O tema é relevante, pois independentemente da área de atuação do assistente social a pessoa com transtorno mental representa uma totalidade e por isso não se limita aos serviços de Saúde Mental, se faz importante ainda para que os assistentes sociais não violem a resolução do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS resgatando uma prática conservadora. Nesse sentido, os princípios do código de ética balizam de fato a intervenção profissional com a pessoa que possui transtorno mental? Por fim se faz importante para que os assistentes sociais possuam criticidade frente a conjuntura do país.

Resultados e Discussão

É perceptível que a política de saúde brasileira de maneira geral após a Constituição de 88, no governo Lula e Dilma sofre a disputa entre projetos, o projeto de reforma sanitária e o projeto privatista, disputa que impacta também na Saúde Mental. (BRAVO, 2007; BRAVO; MATOS, 2012; SOARES; SANTOS, 2014)

Independente do espaço sócio ocupacional o assistente social pode restringir-se a atuação com a família com o mero papel pontual de gestor de benefícios sociais, ou ter a atuação com a família e com o usuário, mas esquecer-se de abordar a família no âmbito da sua historicidade em relação à saúde do usuário e construir possibilidades para que a sociabilidade familiar possa contribuir com a situação, assegurando que a intervenção nos afetos familiares não faz parte de seu escopo de área do conhecimento.

O Serviço Social entrou na saúde e não na psiquiatria como campo de atuação, em vista disso possui pouca teoria na área e as existentes são da psicanálise, fenomenologia e do estruturalismo, nenhuma na perspectiva social crítica (Marxismo). Perante este contexto, mesmo após a Reconceituação (década de 1960), pouco se escreveu e publicou sobre Serviço Social e Saúde Mental. Percebe-se então que a criação teórica em saúde mental foi e ainda é secundária a outros temas e por isso a relação Serviço Social e transtorno mental tem

sido tomada sem historicidade. (BISNETO, 2007; ROBAINA, 2010)

A ausência de aporte teórico causa insegurança no atendimento à pessoa com transtorno mental; provoca alguns equívocos como a confusão entre deficiência intelectual e transtorno mental e pode suscitar uma crise de identidade profissional – na verdade uma crise de alienação para com a profissão – onde o assistente social passa a violar a resolução do CFESS 569/2010, o projeto ético político e o código de ética profissional e resgatam uma prática conservadora, podendo cindir a teoria e a prática.

Somada a ausência de aporte teórico a complexidade dos atendimentos que envolvem situações de transtorno mental, percebe-se que a precarização do trabalho do assistente social – como a grande demanda de atendimentos e a ausência de recursos humanos – toma a frente e o influencia para não sentir-se obrigado a realizar um atendimento de qualidade ao usuário com transtorno mental.

Conclusões

A atuação do assistente social com a pessoa que possui transtorno mental comporta lacunas e que os desafios estão postos, por isso é necessário criticidade frente a atual conjuntura, que o tema Saúde Mental tenha maior visibilidade entre os discentes e que o assistente social produza novas na perspectiva Marxista, entende-se ainda que o profissional deve ir além, ou seja, não deve resumir-se ao atendimento e acompanhamento da família daquele que possui transtorno mental, mas atender a própria pessoa sem esquecer-se das suas competências e sem ter a prática descolada da teoria.

BISNETO, José Augusto. **Serviço Social e saúde mental: uma análise institucional da prática**. São Paulo: Cortez, 2007.

BRAVO, Maria Inês. A política de saúde no Brasil. In: MOTA, Ana Elisabete et al (Orgs.) **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. 2 ed. São Paulo: Cortez; OPAS, OMS, 2007. p. 88-110.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Reforma Sanitária e projeto ético político do Serviço Social: elementos para o debate. In: BRAVO, Maria Inês Souza et al (Orgs.). **Saúde e Serviço Social**. 5 ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2012. p. 2549.

ROBAINA, Conceição Maria Vaz. O trabalho do Serviço Social nos serviços substitutivos de saúde mental. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 102, p. 339-351, abr./jun. 2010.

SOARES, Adilson; SANTOS, Nelson Rodrigues dos. Financiamento do Sistema único de Saúde nos governos FHC, Lula e Dilma. **Saúde e debate**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 100, p. 18-25, jan./mar. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v38n100/0103-1104-sdeb-38-100-0018.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2016.